

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
CNPJ/MF nº 01.082.331/0001-80

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2020

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 23 de abril de 2020, às 14:00 horas, por videoconferência.

PRESENÇA: (i) Henrique Luz, Presidente do Conselho, (ii) Leila Loria, Vice-Presidente do Conselho; (iii) Armando Henriques, (iv) Aron Zylberman, (v) Carlos Eduardo Lessa Brandão, (vi) Claudia Elisa Soares (vii) Gabriela Baumgart, (viii) Iêda Novais, (ix) Leonardo Wengrover, Conselheiros; (x) Claudia Pitta, Secretária de Governança.

CONVIDADOS: Além dos conselheiros, estiveram presentes na Reunião do Conselho de Administração os representantes da gestão do IBGC, (i) Pedro Melo, (ii) Reginaldo Ricioli (parcial), (iii) Adriane Almeida (parcial).

MESA: Presidente: Henrique Luz; Secretário: Claudia Pitta.

ORDEM DO DIA: (i) Sessão Exclusiva; (ii) Eleição Presidente e Vice-Presidentes do Conselho de Administração; (iii) Formação do Comitê de Auditoria; (iv) Formação do Comitê de Pessoas; (v) Formação do Comitê “ad hoc” de Supervisão do Projeto de Revisão de Políticas; (vi) Homologação da Indicação para Coordenador do CAC G&I; (vii) Atualização da Matriz RACI; (viii) Reporte DG; (ix) Impactos da Crise nos Cursos; (x) Reporte do Comitê de Auditoria; (xi) Relatório Operacional do 1º Trimestre; (xii) Posicionamentos sobre Voto Plural e Conselho Fiscal.

DEBATES E DELIBERAÇÕES:

(i) SESSÃO EXCLUSIVA

Em ata separada.

(ii) ELEIÇÃO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTES

Por unanimidade, o Conselho reelegeu Henrique Luz como Presidente do CA, com base nos critérios de experiência, conhecimento, características pessoais e de liderança, a experiência bem sucedida do primeiro ano de mandato, a importância

da continuidade do trabalho do CA em curso e a conveniência da estabilidade do colegiado em um momento de substituição do DG.

Dando seguimento, o Conselho discutiu sobre os perfis desejados para as posições de Vice-Presidência, destacando algumas características: prontidão para substituir o PCA, experiência em governança e experiência executiva, inteligência emocional e empatia, pragmatismo e capacidade para dar continuidade ao trabalho do Conselho que está em andamento.

Com base nesses critérios, o Conselho reelegeu Leila Loria e elegeu Iêda Novais como Vice-Presidentes do colegiado.

(iii) FORMAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Para compor o Comitê de Auditoria, o Conselho nomeou Claudia Elisa Soares, Armando Henriques e Luiz Carlos Passetti como coordenador.

(iv) FORMAÇÃO DO COMITÊ DE PESSOAS

Para compor o Comitê de Pessoas, o Conselho nomeou Claudia Elisa Soares, Aron Zylberman e Vicky Bloch como coordenadora.

(v) FORMAÇÃO DO COMITÊ “AD HOC” DE SUPERVISÃO DO PROJETO DE REVISÃO DE POLÍTICAS

Para compor o Comitê de Políticas, o Conselho designou Leonardo Wengrover, Armando Henriques e Carlos Brandão como coordenador, definindo que esse Comitê será também integrado por Pedro Melo e Claudia Pitta, que serão responsáveis pela execução dos trabalhos.

(vi) HOMOLOGAÇÃO DA INDICAÇÃO PARA COORDENADOR DO CAC G&I

O Conselho homologou a indicação de Ricardo Setúbal como coordenador do CAC G&I.

(vii) ATUALIZAÇÃO DA MATRIZ RACI

O Conselho aprovou a proposta da gestão para atualização da Matriz RACI.

(viii) REPORTE DG

Pedro Melo e Reginaldo Ricioli apresentaram dois cenários alternativos de revisão do

orçamento 2020 aprovado em AGO, considerando a crise causada pela pandemia Covid-19. Ambos os cenários resultam em prejuízo contábil, que pode, no entanto, ser absorvido em 2020 pela reserva de caixa existente.

Após discussões sobre os dois cenários, o Conselho recomendou: (a) que sejam consideradas outras alternativas de redução de despesas de pessoal que não conflitem com o compromisso de não demitir assumido pelo instituto, como, por exemplo, antecipação de férias e redução de jornada; (b) maior rigor sobre as despesas em ambos os cenários; (c) que sejam também estudadas ações inovadoras que possam aumentar receitas e que seja previsto cenário até 2021.

Especificamente sobre o Congresso, o Conselho enfatizou que, em princípio, deverá ser realizado somente em 2021. Para o ano em curso, pode-se considerar um evento de comemoração do aniversário de 25 anos do IBGC. O Conselho alertou, porém, que pode não haver clima no país para celebrações, o que deve ser considerado na decisão sobre a realização desse evento. Isso deve ser feito com um melhor mapeamento da realidade, na reunião de julho.

O Conselho também propôs alguns desafios para o futuro, questionando como o instituto poderá monetizar o conteúdo educacional após a crise, trazendo soluções mais criativas. Os conselheiros registraram que, se o IBGC já precisava reinventar-se, por meio de novos modelos de negócio, novas fontes de receita etc., essa necessidade tornou-se ainda mais premente em consequência da crise causada pela pandemia.

Questionado pela gestão, o Conselho indicou que consideraria razoável esperar que o instituto chegue ao final de 2021 com MOC (meses operacionais de caixa) equivalente a 6 meses de operação.

O Conselho, então, solicitou uma reunião extraordinária para discutir os ajustes nos cenários orçamentários propostos.

Pedro sugeriu que, uma vez que sejam definidos ajustes ao orçamento por força da Covid-19, os associados sejam comunicados. Acrescentou que poderia ser realizado um webinar com participação do CA e da gestão para reportar aos associados as respostas do IBGC à crise.

Em seguida, Pedro teceu as seguintes considerações adicionais:

- Atualizou sobre o trabalho da Interbrand, ressaltando que deverá ser conciliado com o planejamento estratégico conduzido pela consultoria BMI;

- Elogiou a dedicação da equipe durante o período de crise;
- Anunciou a pesquisa sobre Covid-19 conduzida junto a conselheiros e executivos, cujos resultados serão divulgados a partir de amanhã. Aproveitou para informar que passará a divulgar ao CA previamente as comunicações relevantes do instituto, a fim de que os conselheiros possam repercuti-las em suas redes.
- Relatou a demanda recebida do CAC-C para que fosse instaurado, no âmbito da gestão, um comitê para avaliação de denúncias envolvendo funcionários do instituto. Informou, ainda, que o Comitê de Auditoria recomendou a revisão dos canais de denúncia e fluxo de informações sobre casos de conduta entre os diferentes órgãos de governança (CAC-C, gestão, Comitê de Auditoria e CA). O Conselho definiu que Carlos Brandão e Aron Zylberman permanecem com a função de liaison com os colegiados de apoio.
- Informou sobre a contratação de consultor para elaboração de um plano de marketing ao longo dos próximos 3 meses.
- Solicitou, por fim, que as demandas do Conselho para a gestão sejam trazidas na reunião ou centralizadas no PCA.

(ix) IMPACTOS DA CRISE NOS CURSOS

Adriane Almeida discorreu sobre a migração dos cursos para o ambiente EAD. O Conselho elogiou as iniciativas adotadas, comentando que o potencial de receitas associado a essas iniciativas poderia ser mais bem refletido nos cenários de orçamento de crise.

Dada a importância estratégica deste tema para o instituto, decidiu-se marcar sessão específica do Conselho em início de junho, para debater com a gestão, inclusive, potenciais novos modelos de negócio na área para substituição das receitas em cursos tradicionais. Os conselheiros ponderaram que isto já vem sendo preocupação manifestada diversas formações do colegiado mas, agora, tornou-se uma necessidade premente. O Covid-19 veio apressar isso. Parte dessa equação estratégica estará alimentada pelas experiências de EAD que o instituto tem tido, e que se reconhece que atende muito melhor às demandas dos capítulos.

(x) REPORTE COMITÊ DE AUDITORIA

A pedido de Carlos Brandão, Lêda Novais reportou os assuntos discutidos na última reunião do Comitê, com destaque para os pontos do relatório de recomendações para aprimoramento dos procedimentos contábeis e dos controles internos.

Será agendada uma reunião entre antigos e novos integrantes do Comitê, a fim de garantir a continuidade dos trabalhos que vem sendo realizados.

(xi) RELATÓRIO OPERACIONAL DO 1º TRIMESTRE

Em razão do adiantado da hora, o relatório não foi apresentado, mas foi disponibilizado previamente aos conselheiros, ficando a gestão à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

(xii) POSICIONAMENTOS SOBRE VOTO PLURAL E CONSELHO FISCAL

Para o fim do registro em ata previsto no Parágrafo Quinto do Artigo 16 do Regimento Interno do CA, fica consignado que, após debates por e-mail e por videoconferência realizada no último dia 21/abril, o Conselho aprovou as propostas de posicionamento formuladas pela gestão sobre Voto Plural e Conselho Fiscal.

ENCERRAMENTO

O Presidente encerrou a reunião, lavrando-se a presente ata que vai por ele e pela Secretária assinada e arquivada na sede do IBGC.

São Paulo, 23 de abril de 2020.

Mesa:

Henrique Luz
Presidente

Claudia Pitta
Secretária

[Ata aprovada eletronicamente pelo sistema Diligent.]